

15 ABR 1990

A falência do ensino paulista

Educação

Em dezembro último, a população paulista foi bombardeada por campanha publicitária marcada pela frase: "Educação. Prioridade do governo de São Paulo". Naquela época os graves problemas educacionais do Estado ainda estavam sob a responsabilidade do professor Wagner Rossi, deputado estadual que assumira a secretaria na esteira de um grande acordo político entre o grupo do governador e do vice, iniciado em agosto passado e que durou só até janeiro deste ano. Com o acordo em pleno vigor em dezembro, a publicidade oficial podia prometer "um novo tempo para a escola pública" dos paulistas. Em janeiro, ano novo, novo secretário na Educação de São Paulo, o qual também permaneceu no cargo até a posse do presidente Collor de Mello.

Esta alta rotatividade a que se sujeita o cargo de secretário da Educação da administração Quéricia, além de deletéria, traz um prejuízo maior: a cada novo ocupante do posto, imprime-se uma nova grande política, todas elas, obviamente, visando a "salvar" o ensino público do Estado... Os projetos são muitos, os programas especiais sucedem-se com uma rapidez impressionante com um pormenor

perverso: duram exatamente o tempo de permanência de seu idealizador no cargo, tempo este que vem sendo drasticamente reduzido... Para os últimos nove meses que nos separam da posse do novo governador a ser eleito em outubro, responderá pela Educação paulista o professor Carlos Estevam Martins, docente da USP, que escolheu a modernização como meta essencial de sua curtiíssima gestão. O que mais impressiona nessa escolha é que dentro do item sugerido cabe quase tudo, desde a "necessidade urgente" (?) de realizar mais um diagnóstico dos problemas educacionais do Estado, até a manutenção de cada uma das grandes propostas de seus três antecessores: a Jornada Única, a municipalização e a autonomia que serão todas mantidas, segundo garante o novo secretário, uma vez que são "medidas de modernização"...

É um fato, e uma rápida análise das "conquistas" educacionais da gestão Quéricia demonstra, que esta administração foi marcada por uma sucessão de erros e desencontros, deixando, em consequência, de atender às mínimas necessidades da Rede Oficial de Ensino do Estado de São Paulo. Nunca se evidenciou qualquer preocupação em definir uma política

ESTADO DE SÃO PAULO

educacional para o Estado, sucedendo-se um desenrolar de "grandes idéias". Em março de 1987, quando o primeiro secretário da Educação da atual gestão, Chopin Tavares de Lima, tomou posse, o fez "na condição de político" e não de educador, conforme suas palavras; ao longo de dois anos e quatro meses à frente da pasta, Tavares de Lima "conseguiu" duas greves de professores, uma de 58, outra de 79 dias letivos, sabendo-se que um semestre tem a duração legal de 90 dias letivos! Entre uma greve e outra implantou-se a Jornada Única, com o objetivo de conter a evasão escolar. No primeiro ano de implantação da idéia, 1988, a evasão não diminuiu e, ao contrário; cresceu três pontos percentuais. É preciso lembrar que, se a evasão em 88 cresceu, o orçamento educacional de São Paulo obteve a façanha de cair de 30,4% da receita em 1987, para 26,6% no ano seguinte. Em 1989 a parcela reservada à Educação despencou um pouco mais, especialmente a reservada ao primeiro grau, apesar do fato de a clientela escolar paulista crescer a uma média de 300 mil alunos/ano!

O programa de municipalização do secretário Wagner Rossi "durou" exatamente os cinco meses de sua gestão, ape-

sar de toda a desorganização administrativa e celeuma pedagógica que a idéia gerou na rede escolar. O secretário Goldemberg já preferiu privilegiar a autonomia de cada escola e os ideais da Revolução Francesa para a educação dos paulistas em sua gestão de dois meses e três dias. Enquanto isso, o déficit crônico de salas de aula permanece inalterado, a reciclagem de professores — que todos os secretários prometeram — continua sendo aguardada pelos docentes. Não é sem motivo, em especial o de ordem salarial, que sobram vagas, mesmo na Fuvest, para as carreiras universitárias que preparam para o magistério. A proposta, não seria medida prioritária de modernização garantir aos alunos o horário normal de aulas e pôr fim ao triste hábito que se instalou em muitas escolas públicas da periferia de São Paulo, cujas aulas terminam, especialmente no turno da noite, depois da primeira hora pela simples e boa razão de que não há professores? Ou será que nada de sério necessita ser feito nesse fim de gestão, pois os quilômetros de estradas asfaltadas no Interior, fartamente anunciados, são bastante e se pode manter congelada até o próximo governo a educação pública em São Paulo?